

Paz e Terra para os povos indígenas, o texto-

De 18 a 25 de abril celebramos a Semana do Índio. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e o Conselho Indigenista Missionário - CIMI elaboraram este texto, publicado na íntegra nestas duas páginas.

A CNBB encaminhou a todas as Dioceses e Prelazias do País o texto-base, que irá orientar as igrejas locais nos eventos. É a primeira vez que a entidade participa das comemorações da Semana do Índio.

O texto quer levar-nos a uma consciência da realidade dos povos indígenas e ajudar-nos a vivenciar a prática libertadora de Cristo diante do índio empobrecido.

O tema é "Paz e terra para os povos indígenas", e o lema, "O índio, aquele que deve viver!", que sintetizam a meta de toda a ação pastoral da Igreja: ajudar os homens a encontrar a vida, a "vida em abundância".

Na visão integral dos povos indígenas, a defesa da terra faz parte da própria evangelização. É fundamento de responsabilidade antropológica e da credibilidade pastoral da Igreja. O evangelho como Boa Nova responde à Má Notícia que ameaça estes povos.

Na defesa dos povos indígenas descobriremos muitos valores que nossa sociedade perdeu. Lendo o texto, vocês descobrirão porque é preciso lutar pela causa indígena.



Foto Nair Benedito, Agência F3

1982 será mais um passo para a Igreja em direção às comunidades indígenas. Pela primeira vez a CNBB convida todas as dioceses e prelazias, mesmo aquelas onde não vivem mais povos indígenas, para promover a SEMANA DO ÍNDIO como uma semana de evangelização. Toda população envolvente, e, em particular, todos os cristãos são responsáveis pela sobrevivência, ou não, dos 220 mil índios que vivem neste Brasil afora. A CNBB, através do seu Conselho Permanente, propõe como tema desta semana (18 a 25 de abril): "Paz e Terra para os Povos Indígenas" e como lema: "O índio, aquele que deve viver". O lema resume a meta de toda a ação pastoral da Igreja: ajudar os homens a encontrar a vida, a "vida e abundância" (Jo 10,10).

Por exemplo — Os Asurini: Os Asurini são um povo que conta dez anos de contato direto com agentes da sociedade nacional. Em 1931 eram 200 índios. Atualmente estão reduzidos a 53 indivíduos, vivendo a beira do igarapé Ipiacava, margem direita do médio Xingu. Nos últimos dez anos foram vitimados pela tuberculose e, pressionados pela sociedade nacional, por crises internas da sua cultura, pelo desânimo face à vida. Seu território não é demarcado e a construção de uma das hidrelétricas do Xingu vai inundar grande parte da sua terra. Depois do contato, depois da "pacificação" como chamamos este contato, a comunidade Asurini ficou destruída, enferma, desolada e a alternativa que lhe resta parece uma só: desaparecer.

Diante desta realidade, a Boa Notícia da "vida em abundância" como a plenitude do Reino é um desafio. O Reino joga seus raios de luz sobre as condições concretas de vida e sobrevivência de cada povo. Muitos povos indígenas vivem em condições tão precárias como o povo Asurini. A SEMANA DO ÍNDIO quer ajudar-nos a conhecer melhor as condições de sobrevivência destes povos primeiros deste país, que de cinco milhões no tempo da conquista foram reduzidos a 220 mil indivíduos. O tema PAZ E TERRA PARA OS POVOS INDÍGENAS indica que a paz destes povos depende da garantia das suas terras. Esta é a lição que a história nos dá: sem terra, não há paz para os povos indígenas, há morte e a ameaça de sua extinção.

Esta semana de Evangelização a partir dos povos-restos, que são os povos indígenas, pode ser para a Igreja uma luz e um chamado semelhante àquele que São Paulo recebeu quando desceu a Tróade.

Durante a noite, Paulo teve uma visão: "Vem à Macedônia, socorre-nos! Imediatamente após esta visão, procuramos partir para a Macedônia, persuadidos de que Deus nos chamava a evangelizá-la" (art. 16, 9,10). A passagem "para a Macedônia", para o lugar do outro, é como a própria conversão e renúncia, o primeiro passo da Evangelização. No "lugar do índio", se nos despojarmos do espírito de superioridade, descobriremos muitos valores evangélicos na sua cultura, no seu modo de ser, na sua vida. Dando é que se recebe, evangelizando é que seremos evangelizados. Uma Irmã, que vive com o povo Mynky, contactado no mesmo ano como os Asurini, escreveu um livrinho sobre "As Bem-aventuranças do Povo Mynky". O contato dos índios com representantes da nossa civilização não leva necessariamente ao seu desaparecimento. Depende muito do "como" e "com quem" se faz este contato.

Quem quer anunciar, no "lugar do índio", a Boa Notícia terá também no "lugar do índio" que escutar a "má notícia", a cobiça e a invasão das terras indígenas. A boa notícia do Reino sintoniza a fraternidade dos homens com a paternidade de Deus, visa a uma fraternidade humana sem tutela ou paternalismo. A Boa Notícia do Reino não se reduz à "luta pela terra", mas não se anuncia independentemente dela. Também não é a Igreja que vai resolver o problema das terras indígenas, deve, porém, ajudar os povos indígenas nas suas organizações, na sua autodeterminação, no reconhecimento dos seus direitos pela sociedade envolvente e na superação dos preconceitos desta sociedade para com os índios. A paz dos povos indígenas depende também de nós, de cada um de nós.

PAZ NA BÍBLIA E HOJE

1) Paz na Bíblia

Como São Paulo convidou os Efésios, a CNBB convida as dioceses, paróquias, comunidades de base e grupos através da SEMANA DO ÍNDIO para ter "zele em propagar a Boa Notícia da Paz" junto aos povos indígenas. Com certo realismo devemos confessar que muitas vezes foram nossos antepassados e os nossos contemporâneos, embora cristãos declarados, que "tiraram a paz da terra" dos povos indígenas como os cavaleiros do Apocalipse (Apc 6,4); mais concretamente, tiraram a terra dos índios e, com a terra, também a paz e a vida.

Do Antigo Testamento conhecemos a PAZ como dádiva do Criador. A própria Bíblia chama Deus "Senhor Paz", Javé-Shalom (Jz 6,24). O "Senhor Paz" é a base da Lei e da sabedoria para unir toda as criaturas.

Essa paz como dádiva, bênção (Sl 28,11) e presença do Criador, se torna — depois da ruptura da primeira Aliança — objetivo da história da salvação e tarefa histórica do homem. O sentido mais profundo da história é a superação da ruptura entre Deus e o homem numa nova "Aliança da Paz" (Núm 25,12; Is 54,10; Ez 34,25). O homem é parceiro desta Aliança, e, por conseguinte, torna-se co-artífice da paz. A paz com Deus atinge as relações dos homens entre si. "O dom divino da paz é sempre, também, uma conquista e uma realização humana", diz o Papa João Paulo II na sua mensagem para o 15.º Dia Mundial da Paz, que celebramos no primeiro dia deste ano.

A "Aliança da Paz" recebe seu esforço essencial, a garantia da sua viabilidade,

através da encarnação de Jesus Cristo, "Príncipe da Paz" (Is 9,5; Zac 9,9) e "nossa paz" (Ef 2,14). Seu nascimento liga a "glória a Deus no mais alto dos céus" à "paz na terra aos homens de boa vontade" (Lc 2,14). Por isso a presença missionária junto aos povos indígenas visa, antes de tudo, à encarnação como mensagem da paz. A obra da pacificação junto aos índios não é transformar "índios bravos" em "índios civilizados", é antes de tudo conter as atitudes belicosas da nossa sociedade diante dos povos indígenas e de suas terras. A paz como opção só existe na terra; sem terra garantida, não há opção de paz. Por isso a paz da Bíblia é sempre ligada às conquistas da terra e ao concreto chão das lutas pela justiça (Sl 8,11; Tg 3,15). "A paz é uma obra da justiça" (Is 32,17).

Além de ser dávida e conquista, a paz é também uma promessa do Reino. Essa promessa se antecipa na história através daqueles que promovem a paz como consequência da justiça. Eles são chamados — nas bem aventuranças — "filho de Deus" (Mt 5,9) e herdeiros do "Reino dos Céus" (Mt 5,10).

2) Paz hoje

Em cada cultura a noção de paz assume feições particulares que se refletem nos seus mitos, religiões, leis e costumes. Numa mesma época coexistem várias idéias de visões de paz. O "Shalom" que o anjo anunciou aos judeus não tem nada a ver com a "paz romana" da mesma época. Os decretos de César Augusto e o estandarte da Legião Romana, implantado na Cidade Santa, eram expressões da "paz romana" e, ao mesmo tempo, símbolos de conquista e submissão de outros povos. O mesmo acontece hoje em dia. A visão da paz e vida dos povos indígenas, muitas vezes, é bem diferente da visão que a nossa sociedade tem sobre a paz.

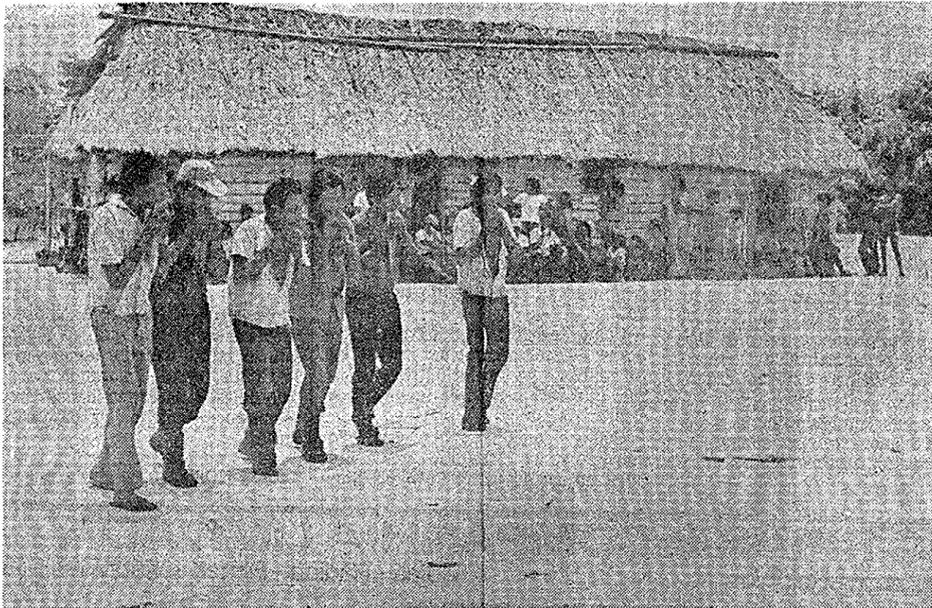
Hoje geralmente, as propostas sobre a paz partem da premissa da escassez dos bens: faltam alimentos, terra, trabalho, moradias, mercados. Quando um bem ou um produto se torna escasso, este produto fica sendo objeto de guerra. A conclusão errônea desta afirmação de uma meia verdade é: se superamos a escassez de produtos, superamos também com isso os conflitos de uma sociedade de nações dilaceradas por estes conflitos. Nesta visão quanti-

tativa da paz, fome sobrevivência e vida são estritamente ligadas à produção de bens. Quanto mais se produz, tanto mais provável seria a paz. Mas as raízes das lutas sociais dentro e entre as nações não é a falta de alimentos ou bens, é antes a falta de distribuição equitativa destes bens para o "bem comum" e a falta de participação de todos.

Em nosso caso, que estamos preparando a SEMANA DO ÍNDIO, a terra se tornou escassa pelo crescimento da população e por sua apropriação e distribuição. Assim a posse e a propriedade da terra interfere na paz dos povos.

Por exemplo — O Povo Nambikuara: O povo Nambikuara perdeu sua paz. Até o começo deste século se mantivera livre das frentes de expansão da sociedade nacional. Com uma população entre 10 e 20 mil pessoas, ocupava uma área de 5 milhões de hectare no noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia. O contato pacífico que deu em 1910, com a Comissão Rondon. Em 1960, com a abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-364) começou a invasão do seu território. Grandes grupos econômicos instalaram fazendas no Vale do Guaporé, território imemorial dos Nambikuara. Para os fazendeiros foram expedidas Certidões Negativas — documentos fornecidos pela FUNAI atestando que ali não havia índios —, para eles foram construída uma estrada, a BR-364 recebeu um novo traçado. A Rodovia, que será asfaltada com financiamento do Banco Mundial. Atravessará os campos de caça e as cavernas sagradas dos Nambikuara. Para onde foi a paz deste povo? Foi soterrada pelas rodas das motoniveladoras que abrem novo traçado. O que foi feito deles? Dos 10 a 20 mil que eram no começo do século só restam 570 pessoas mendigando entre a margem da estrada e o arame farpado que lhe retalhou a terra.

A paz é mais do que um equilíbrio precário entre os que disputam a terra (fazendeiro, posseiro, grileiro, comunidade indígena). Isso seria reduzir a paz a uma "paz meramente econômica". Para uma "paz econômica" haveria somente uma saída econômica: produzir mais, com menos terra para que mais gente com menos terras tenha o suficiente para comer e o



Onde encontrar este material

Coube à CNBB distribuir as quatro publicações nas escolas de 1.º e 2.º graus, abordando o problema do índio e a crescente ocupação de suas terras. Há o texto-base que está nesta página, mais uma carta aos diretores e professores e ainda a liturgia.

É justamente neste ponto — Liturgia — que os padres poderão se apoiar para fazer um trabalho pastoral junto à sua comunidade. Portanto, poderão a exemplo dos professores, encomendar esse material.

Os pedidos poderão ser feitos na Associação de Educação Cristã de São Paulo-AEC, à rua Barão de Tatuí, 532 - conjunto 41 - 4.º andar, das 13 às 17 horas. Fone 66-0299 e 67-1913, com Isabel ou Patrícia.

base da CNBB/CIMI para a Semana do Índio

Estado para exportar. A paz se tornaria então um simples fator de desenvolvimento econômico, a produção se tornaria o fator de desenvolvimento econômico, a produção se tornaria o fator determinante da segurança nacional, a paz interna e externa. O Papa João Paulo II rejeita essa visão de uma "paz econômica", de uma paz meramente quantitativa, quando escreve na sua mensagem para o primeiro dia deste ano.

"A paz não é tanto um equilíbrio superficial de interesses materiais divergentes — o que se situaria na ordem da quantidade das coisas —, mas na sua realidade profunda, é, sobretudo, um bem de ordem essencialmente humana — de sujeitos humanos — e, portanto, a natureza racional e moral, fruto da verdade e da virtude. Sim, a paz resulta no dinamismo das vontades livres, guiadas pela razão no sentido do bem comum a atingir na verdade, na justiça e no amor" (n.º 4).

A ligação da paz ao desenvolvimento econômico e a produção integra nesta "Paz econômica" novos fatores bélicos contra o meio ambiente, a ecologia e contra todas as culturas de subsistência. Neste contexto, o desenvolvimento como proposta da paz da nossa sociedade significa sempre a desarticulação de culturas orientadas para a subsistência e sua subsequente integração num determinado sistema econômico vigente.

A partir deste ponto de vista, a caminhada dos povos indígenas rumo à civilização se resume, na melhor das hipóteses, em "integrar-se" na condição precária de pequeno proprietário no campo, ou de diarista morando numa favela de cidade. Não se quer reconhecer que os povos indígenas são sociedades diferentes que, embora usando machado, espingarda ou trator, têm o direito de permanecer diferentes.

A "paz econômica" desta sociedade significa a expansão do modo de produção dominante, às custas das culturas de subsistência; em nosso caso, visa a incorporação das terras indígenas ao latifúndio. A "terra de trabalho" e engolida pela "terra de negócio". A "paz econômica" pretende implantar o estandarte do mercado de troca desigual nas aldeias indígenas e criar novas necessidades. "Movidas pelo desejo imoderado de expansão, há certas nações", diz João Paulo II na referida mensagem, "que chegam a construir a própria prosperidade sem respeito algum ou, mesmo, à custa da felicidade de outras" (N.º 3). Não entendemos os termos nação, povo e sociedade como exclusivos. Por isso o Papa pode falar aos índios de um "povo e de uma nação". O Estado Brasileiro não é formado por uma única Nação, a Nação dos brasileiros. Seu território abriga mais de 100 pequenas Nações indígenas, que conseguiram sobreviver ao processo de ocupação e conquista. Com isso não se pretende pulverizar o território nacional, mas antes reconhecer a realidade que é pluriétnica e, a partir daí, estabelecer relações de igualdade e de participação entre as diferentes culturas.

A paz integral com sua base no "Evangelho" da Paz" deve proteger todos os povos indígenas e sua subsistência contra toda guerra de expansão econômica e contra todos os preconceitos ideológicos que declaram os povos indígenas como "preguiçosos" por serem independentes "atrasados" por serem diferentes. Mais uma vez citamos João Paulo II.

"Fazem obra de paz aqueles que se aplicam a despertar a atenção para os valores das diferentes culturas, para a especialidade das sociedades e para as riquezas humanas de cada povo" (N.º 6).

A PAZ PARA OS POVOS INDÍGENAS protege também a população envolvente, porque protege as fontes da água, a terra, a vegetação. Estes "povos primeiros", autóctones, representam também aspecto de uma sociedade nova, baseada na distribuição igualitária dos bens, na convivência pacífica dos homens entre si e com a natureza, na simplicidade das relações como consequência de uma sociedade não dilacerada e não estratificada. Nesta perspectiva, a luta dos povos indígenas pela sobrevivência e nosso apoio a eles baseado na "Boa Notícia da Paz" fazem parte da luta comum por um futuro melhor.

TERRA PARA VIVER

1) Terra como direito

No decorrer da história não faltaram leis de proteção ao índio que na realidade não foram aplicadas. A Ordenação Portuguesa de 1.º de abril de 1680 reconheceu os indígenas no Brasil como "primeiros ocupantes e donos naturais destas terras", o que não impediu a prática da assim chamada "guerra justa" e das "Bandeiras" contra os povos indígenas.

A constituição de 1946 dispôs que os índios têm a posse permanente da terra que ocupam: Já na Constituição de 1967,



foto: Saulo Pires, Agência F4

as terras se tornaram bens da União. A atual Constituição de 1969 confirma a posse permanente dos índios e a propriedade da União. Os povos indígenas, conforme a lei vigente, são posseiros nas suas terras. O proprietário é o Estado.

A 19 de dezembro de 1973, o Presidente da República assinou a Lei n.º 6.001, o chamado Estatuto do Índio. Essa lei diz, no seu art. 65: "O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas". Esse prazo se venceu em dezembro de 1978, já faz quatro anos. Até hoje a lei não foi cumprida. Nem um terço das terras indígenas estão demarcadas.

Distinguimos várias situações em que se encontram de fato as terras indígenas, hoje, no Brasil.

— **TERRAS DEMARCADAS** são terras indígenas que mediante decreto ou medida administrativa foram realmente demarcadas; como já dissemos, a lei exige essa demarcação, porque somente com suas terras demarcadas os povos indígenas terão as mínimas condições de sobrevivência. Muitas vezes a demarcação das terras indígenas é uma "rede-limitação" delas como, por exemplo, aconteceu com os índios Tupinikins do Espírito Santo, que com a demarcação perderam uma terça parte de suas terras ocupadas.

— **TERRAS INTERDITADAS** são terras de grupos indígenas ainda em fase de contratação, as quais foram objeto de medida do órgão oficial de proteção, impedindo a presença de pessoas estranhas dentro das mesmas. Por exemplo, um grupo de missionários da Prelazia de Lábrea fez um primeiro contato com índios no rio Coxodá. Até agora, pouco se sabe destes índios, não se conhece seu nome, nem sua língua, nem sua história. A primeira medida, porém, que os missionários podiam fazer e de fato fizeram: pediram a interdição da área de perambulação destes índios para protegê-los contra a invasão de aventureiros.

— **TERRAS DELIMITADAS** são as que foram objeto de alguma medida administrativa do órgão oficial ou de decreto presidencial, fixando seus limites apenas no papel; se a "delimitação" não for segui-

da pela "demarcação", não oferece nenhuma segurança para os índios.

— **TERRAS SEM QUALQUER PROVIDÊNCIA** são terras indígenas sem nenhuma das providências acima mencionada e quase sempre invadidas por fazendeiros e posseiros e cortadas por estradas. Aliás, todas as terras indígenas são plenamente ameaçadas pela invasão dos "brancos" e suas estradas. **TERRAS SEM QUALQUER PROVIDÊNCIA** são terras habitadas por índios aos quais se nega o direito, muitas vezes, de continuar como índios, o que acontece com o povo Tembém no Pará, com os Kapinawá e os Tingui-Botó no Nordeste. Onde o índio é considerado "integrado" na sociedade nacional, também as suas terras são "integradas" na situação global de disputa de terras que agita o País.

Como sociedade envolvente, temos o sagrado dever de cobrar diante das autoridades o direito dos povos indígenas à demarcação das terras para que se possam habitá-las.

"Na paz e na serenidade, sem temor — verdadeiro pesadelo — de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital que será base, não somente para sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeiro povo e nação" (João Paulo II na sua alocução aos índios em Manaus, 10 de julho de 1980).

2) Terra como vida

A questão da Terra é o núcleo para o qual convergem todas as questões da vida dos povos indígenas. Coincide com sua extinção.

Por exemplo — o povo Yanomami: Há todo um esforço de indígenas, missionários, antropólogos e artistas para a criação do Parque Yanomami. O povo Yanomami conta com uma população de 16.400 indivíduos que habitam a região da fronteira do Brasil-Venezuela. Só no território brasileiro são 8.400 Yanomami ameaçados pela presença de grandes mineradoras, dos garimpeiros e da Estrada Perimetral Norte. Este é, com o povo Tukuna do Alto Solimões, um dos últimos grandes grupos indígenas vivendo em terras do Brasil e que ainda mantém intacta suas tradições, sua cultura e sua organização

social. A campanha pela criação do Parque Yanomami já faz muitos anos que se está travando sem resultado definitivo. O Parque como um território contínuo é a única maneira de garantir aos Yanomami a sobrevivência, cada dia mais ameaçada.

Acreditamos que através da "questão indígena" Deus — que é um Deus de vida — põe seu povo diante de uma opção de vida ou morte, à semelhança do povo eleito depois do exílio: "Eis hoje te ponho diante da vida e o bem, da morte e o mal... Escolhe a sua vida, e viverás, tu e tua descendência" (Dt 30,15,19). Optar pela vida é optar por um Deus que se revelou em Jesus Cristo como "caminho, verdade e vida" (Jo 14,6).

A terra para os povos indígenas não é simples mercadoria que se possa vender, comprar ou explorar, é um dado religioso. Terra é seu chão cultural, habitada por suas tradições nas quais se baseiam seus valores, é lugar de seus mitos, campo de sua história. É o seu "lugar" no mundo, o qual estabelecem uma relação de intimidade e de diálogo; onde aquela queda d'água, aquele morro, aquela árvore e aquela pedra são testemunhas de seu passado. É sua terra-mãe, onde repousam seus antepassados. Forçadamente transferidos de sua terra de origem, os povos indígenas vivem como exilados. A terra é a base material, a concretização da sua religião. Terra e religião são a pedra angular e a articulação de todas as questões importantes que tocam os povos indígenas. Todas as intervenções na vida dos povos indígenas e todas as medidas da política indigenista têm incidência sobre as terras, e, por conseguinte, sobre a religião, organização social e cultura dos índios.

Os diferentes projetos oficiais de "civilização", "integração", "emancipação" e "estadualização" dos índios devem ser estudados à luz desta incidência. Quem luta pela terra dos povos indígenas, luta igualmente pelas condições básicas de sua religião, da sua vida. Todas as questões de vida e morte são questões de evangelização e pastoral. Perdendo-se a terra e sua posse comunitária, perdeu-se também o eixo da religião indígena.

O que resta "depois da terra perdida" é o direito do mais forte, a competição na sociedade nacional com sua estratificação social. A salvação-libertação dos povos indígenas, como a de todos os homens, é sempre ligada aos problemas concretos da vida. Não há libertação integral dos povos indígenas, senão a partir de suas terras e com elas. Sem suas terras não podem ser salvos como povos.

Os índios Guarani no rio Ocoí no Paraná, por exemplo, já sofreram várias tentativas de serem destruídos como povo através de transferências de suas terras. A má notícia para elas é a inundação de sua terra, provocada pela Itaipu Binacional e pelos interesses econômicos ligados a ela. Paire a ameaça de um verdadeiro dilúvio sobre vários povos indígenas através das diferentes Usinas Hidrelétricas: a Balbina no Amazonas inundará o território dos Waimiri/Atroari; várias Hidrelétricas no rio Xingu ameaçam diferentes povos indígenas, como a Hidrelétrica de Tucuruí e tantas outras.

CONCLUSÃO: O ANÚNCIO DA BOA NOTÍCIA

Na visão integral dos povos indígenas, a defesa da terra faz parte da própria evangelização. É fundamento de responsabilidade antropológica e da credibilidade pastoral da Igreja. O evangelho como Boa Nova responde a Má Notícia que ameaça estes povos. A Má Notícia em torno das terras indígenas não se refere apenas ao roubo da sua terra, mas também a interferência no cultivo desta terra, à interferência econômica e cultural. Projetos estritamente desenvolvimentistas sempre forçam os povos indígenas a produzir mais para um mercado que lhes fornece em troca bens de que até então não precisavam e que inevitavelmente criam novas necessidades e dependências.

Nosso apoio aos povos indígenas não é uma prestação unilateral onde somente nós somos os benfeitores. Pelo contrário. Na defesa dos povos indígenas descobriremos muitos valores que nossa sociedade perdeu. Os índios poderão ser nossos mestres no trato da terra e no amor a este primeiro dom gratuito de Deus. Eles podem ajudar-nos a nós que vivemos, às vezes, perdidos no meio de uma sociedade regida pela competição individual, pela estratificação racial e social e pela acumulação desigual.

Os índios nos cobram o respeito pela autoridade. Terras de missões foram sempre terras onde se descobriu o ecumenismo. Se queremos bem aos povos indígenas, não devemos dividi-los pela religião. Nossa tarefa mais nobre de evangelizadores é uni-los, fortalecer sua auto-determinação e ser ponte para a VIDA EM ABUNDÂNCIA.

Levantamento da realidade indígena

POPULAÇÃO E SITUAÇÃO DA TERRA — ÁREAS CULTURAIS

I — Norte Amazônica	49.485
Guiana Brasileira	26.783
Yanomami	8.400
Rio Negro	14.302
II — Solimões-Juruá-Perus	32.095
Solimões	21.486
Juruá	6.842
Purus	3.767
III — Guaporé	6.111
IV — Tapajós-Madeira	9.564
V — Alto Xingu	2.533
VI — Tocantins-Xingu	12.898
VII — Pindaré-Gurupi	6.616
VIII — Leste-Nordeste	30.953
IX — Paraguai-Paraná	19.974
X — Tietê-Uruguaí	15.256
TOTAL:	185.485

Obs.: Sobre índios destrabalizados e grupos arredios não dispomos de dados exatos, além dos apresentados neste levantamento (Porantim/abril 82) FONTE: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/CIMI-1982

Quanto a situação da terra, damos, em geral, somente as áreas demarcadas, e estas conforme dados fornecidos pela Funai.



foto: Antônio Carlos Moura